

O ENSINO DE HISTORIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM DIALOGO EPISTEMOLÓGICO SOBRE A CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA NOÇÃO DE TEMPO

Francisco Reginaldo Linhares
Graduando do Curso de Pedagogia/CAMEAM/UERN
reginaldolinhares@hotmail.com
Andreza Emicarla Pereira Cavalcante
Graduanda do Curso de Pedagogia/CAMEAM/UERN
andreza_emicarla@hotmail.com

RESUMO: Partindo do princípio que o ensino de história na contemporaneidade ainda encontra-se sobre a influencia de uma visão positivista que privilegia o estudo de datas e heróis, compreendemos a relevância de se discutir as perspectivas que apontam para uma nova metodologia do ensino de historia que não deve se limitar apenas a reprodução de fatos e acontecimentos. No presente trabalho destacamos a construção e representação da noção de tempo e suas respectivas divisões (passado, presente e futuro) nas series iniciais do ensino fundamental, como princípio norteador para aprendizagem do conhecimento histórico, tendo em vista que este período constitui-se como propício para desenvolver na criança, as noções básicas de alguns conceitos gerais de historia para que nas séries mais avançadas do ensino fundamental ela possa assimilar conceitos mais complexos. Como recorte teórico, evidenciamos as discussões sobre as perspectivas atuais do ensino de história de alguns teóricos como: BORGES (1993); BITTEM COURT (2004); BRASIL (1997), SCHIMITDT (2004), NIKITIUK (1999). Mediante as discussões propostas, percebe-se que a construção da noção de tempo na criança é ainda um desafio para o professor, e por isso se faz necessário uma relação intrínseca com os saberes vivenciados pelas crianças no meio social, estabelecendo uma inter-relação entre o hoje e o tempo passado. Neste processo de construção e reconstrução dos conceitos, a família é um excelente veículo para desenvolver na criança a noção de temporalidade. Desta forma, a visão do ensino de historia na atualidade se caracteriza, como fundamental para a inserção do indivíduo no meio social, como sujeito crítico e reflexivo, capaz de permitir ser transformado e transformar a sociedade de forma significativa e relevante.

PALAVRAS CHAVES: Ensino. Historia. Tempo.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho discute como se constrói a noção e representação de tempo no ensino de historia nas séries iniciais do ensino fundamental. O ensino de História deve ser considerado de grande importância, uma vez que este vai desenvolver na criança a percepção de si como sujeito histórico, integrante de uma sociedade historicamente determinada, mas também capaz de determinar sua própria historia.

Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, donde embasados em autores como: BORGES (1993); BITTEM COURT (2004); BRASIL (1997); SCHIMITDT

(2004), NIKITIUK (1999), tecemos uma discussão sobre a construção da noção de tempo, nessa ocasião buscando (re) discutir esses conceitos dentro de uma nova ótica, reconhecendo-a como princípio norteador para aprendizagem do conhecimento histórico, tendo em vista que nas séries iniciais do ensino fundamental constitui-se como propício para desenvolver na criança as noções básicas de alguns conceitos gerais de história.

O trabalho está estruturado em quatro partes, a princípio trataremos do que é tempo cronológico; discutindo a divisão dos períodos históricos, em seguida abordaremos as diferentes concepções de aprendizagens no ensino de história, a construção da noção de tempo; enfocando a infância como fase primordial para trabalhar esse conceito, e por último apresentaremos alguns recursos didáticos que podemos utilizar para desenvolver o conceito de tempo e alguns instrumentos tecnológicos e não tecnológicos que podem oferecer suporte nas aulas de história para a construção do conhecimento histórico.

UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO ENSINO DE HISTÓRIA

Os conhecimentos que a História nos possibilita nem sempre foram claros e bem definidos. Na antiguidade, por exemplo, o homem sentiu a necessidade de compreender a origem do universo e conseqüentemente de sua vida, como ele não conseguia explicar o que acontecia na natureza ele passou a atribuir aos deuses esta responsabilidade. Ao mesmo tempo passou a transmitir as estórias dos deuses de geração em geração através da oralidade. Estas estórias passaram a ser denominadas mito.

É sempre uma história com personagens sobrenaturais, os deuses. Nos mitos os homens são objetos passivos da ação dos deuses que são responsáveis pela criação do mundo (cosmo), da natureza, pelo aparecimento dos homens e pelo seu destino. (BORGES, 1993, p.12).

As explicações míticas, com o passar do tempo foram perdendo a sua veracidade e credibilidade. Diversos pensadores começaram a refletir sobre a verdade mitológica que lhes era apresentada e o mito por sua vez passa a ser contestado. Um dos primeiros estudiosos da antiguidade foi Heródoto, por seus estudos passa a ser considerado o pai da história, pois é ele quem primeiro utiliza o termo história no sentido de ciência da investigação.

Percebe-se, portanto que os historiadores estão ligados a sua realidade mais imediata, espelhando a preocupação com questões do momento. Não vemos mais uma preocupação com a origem distante, remota atemporal (como no mito), mas sim a tentativa de entender o momento histórico, concreto, presente ou proximo passado. Há uma narração temporal cronológica referente agora a uma realidade concreta (BORGES, 1993, p.20).

A datação histórica obedece à seguinte divisão dos acontecimentos: Antes de Cristo (a.c) e Depois de Cristo (d.c) e a realidade passa a ser dividida em dois planos: o superior representado por Deus e o inferior representado pelo homem, este período histórico se estende por toda a Idade Média.

Os documentos laicos só começam a aparecer nos séculos XII e XIII com o nascimento comercial urbano. Neste período histórico as temáticas que se destacavam na produção literária é a vida dos escudeiros, dos comerciantes, e dos cavaleiros famosos. Esses escritos não apresentam nenhum rigor crítico de investigação, são apenas crônicas de anais, uma vez que são escritas para satisfazer o desejo e a vaidade daqueles que contratavam os serviços dos cronistas.

No início do século XVI, período considerado como início da Idade Moderna, é marcado pelo surgimento de uma nova classe social: a burguesia. O Teocentrismo cede lugar ao Humanismo. O conhecimento já não parte de uma explicação divina, mas do real, do concreto, portanto fruto das práticas humanas. O racionalismo se impõe e a partir daí se averiguam empiricamente os documentos e fontes históricas prevalecendo o papel das experiências. Do avanço dessas técnicas é que se resultam a cronologia, a epigrafia, a numismática, a sigilografia, a diplomática, dentre inúmeras outras ciências.

No século XVIII, em plena ascensão da burguesia, surge o Iluminismo que segundo Borges (1993), é uma corrente “filosófica que procura mostrar a História como sendo o desenvolvimento linear progressivo e ininterrupto da razão humana.” (p.29). Para os iluministas a Idade Média é a idade das trevas, ao homem não era de direito interpretar e intervir na realidade que o cercava, pois encontrava-se dominado pela ideologia teocêntrica, que explicava todos os acontecimentos vividos pelo homem como desígnios divinos e que só podiam ser revertidos pela fé. Porém, para as concepções iluministas, todo o conhecimento se aproximaria da razão.

No século XIX um fator torna-se marcante: é o surgimento dos estados nacionais, governado por monarquias interessadas em contar a história de suas origens.

Ainda no século XIX, aparecem novas correntes filosóficas. Hegel expõe sua filosofia, demonstrando que o racionalismo não é uma verdade absoluta, ele argumenta

que o conhecimento se constitui num movimento de contrários, dialético. (Lei da dialética: tese, antítese e síntese).

Temos a implantação do capitalismo industrial, em que se destacam Karl Marx e Friedrich Engels com o materialismo histórico. Em suas ideias o ponto de partida do conhecimento da realidade são as relações que o homem mantém com a natureza e com os outros homens. Para eles a história é um processo dinâmico, dialético, no qual cada sociedade traz consigo seus princípios e suas contradições. São estes fatores os responsáveis pelas lutas entre as classes sociais. Sua contribuição para a história é a introdução do novo método de análise da realidade.

Na Europa as primeiras universidades datam do século XIII, mas é somente no século XIX que o conhecimento histórico é inserido nos currículos escolares, predominando uma versão filosófica liberal, marcada pelas concepções positivistas.

Sobretudo é na França que ocorrem as primeiras transformações dessa história. Os primeiros trabalhos são elaborados por historiadores franceses da década de 30 e publicado na Revista Anais de História Econômica e Social.

Numa luta contra uma História totalmente política, narrativa e factual, essa nova visão de História é agora responsável por um novo impulso do conhecimento histórico, analisando não só as estruturas sociais, econômica e religiosa, mas, tornando-se responsável por desenvolver nos sujeitos uma visão macro e ao mesmo tempo reflexiva das estruturas sociais a qual ele está inserido.

Nessa perspectiva, o ensino de História torna-se desafiador, uma vez que nossa história é influenciada pelos interesses das classes dominante e com uma forte influência ocidental, negligenciando o homem que realmente produz história enfatizando apenas nomes de reis, datas e fatos que realmente evidenciam e comprovam a ideologia dominante.

É preciso que o professor de história consiga compreender os meandros que permeiam o conhecimento histórico e trabalhe de forma reflexiva para que a criança consiga perceber-se como sujeito de sua história e capaz de entender a realidade que se encontra inserido.

A FORMAÇÃO DE CONCEITOS NO ENSINO DE HISTORIA

O ensino de história na contemporaneidade ainda encontra-se sobre influência de uma visão positivista que privilegia o estudo de datas e heróis, entretanto as novas

perspectivas apontam para uma nova metodologia de ensino que não deve se limitar apenas a ligação desses fatos. Ensinar história deve ir além de números e nomes “É preciso ligar o fato a temas e aos sujeitos que o produziram para buscar uma explicação.” (BITTEM COURT, 2004, p.183) Para tanto, as análises documental e conceitual se fazem importantes quando são utilizadas de maneira investigativa de forma a organizar os fatos promovendo a reflexão.

Mas, para melhor utilizar tais análises é preciso uma fundamentação teórica a respeito do processo de aquisição do conhecimento pela criança, o docente precisa considerar alguns pontos como; a idade do sujeito, que será abordado nos estudos de Piaget através das fases de desenvolvimento da criança, que conceitos são considerados fundamentais em cada fase e como estes conceitos serão aprendidos pelos alunos. Nos estudos realizados por Piaget e Vygotsky podemos observar algumas considerações acerca da formação de conceitos e desenvolvimento cognitivos.

Com relação ao desenvolvimento cognitivo Piaget aponta “a construção do conhecimento pelo sujeito, partindo da gênese do pensamento racional”. Isso diz respeito às formas de convívio em um determinado meio, suas adaptações orgânicas, biológicas e cognitivas, segundo o autor essa maturidade é adquirida através de processos internos realizados pelos alunos ao confrontar-se com um conhecimento novo. Assim diz Piaget:

O funcionamento constante dos dois processos – assimilação/acomodação – corresponde ao princípio de desenvolvimento das estruturas mentais e crescimento da capacidade cognitiva: o sujeito responde por meio de compensações ativas aos desafios exteriores, aos desequilíbrios criados pelos problemas enfrentados, pelos conflitos. (BITTEM COURT, 2004, p.185).

A criança ao assimilar o mundo a sua volta adquire certo nível de conhecimento que lhe proporciona um estágio de acomodação, quando confrontada com um conhecimento novo desenvolve estruturas mentais e crescimento da capacidade cognitiva por meio de mecanismos de compensação aos desafios que se apresentam, então a um desequilíbrio em suas estruturas cognitivas para que possa compreender e assimilar o conhecimento novo, até que se suceda um novo processo de acomodação frente ao que foi apreendido.

Para Piaget é importante respeitar este processo interno de aquisição do conhecimento que a criança passa, assim como as fases de seu desenvolvimento: estágio sensório-motor (até dois anos), estágio pré-operatório (dos dois aos 6/7 anos), estágio

operatório-concreto (dos 6/7 aos 11/12 anos), estágio das operações formais (dos 11/12 até a vida adulta). Embora sua teoria propicie respostas pedagógicas, ele nunca se preocupou em como fazer, como ensinar, Piaget também não se dedicou à relação sujeito/sujeito, nem à interação mediada pelo outro, isto é pela linguagem.

Esse foi o enfoque de Vygotsky, que além de considerar a importância da linguagem para o desenvolvimento da criança considera o conhecimento prévio como ponto positivo na construção de conceitos. No que concerne ao ensino de história deve-se levar em conta suas vivências e experiências. Assim afirma BITTEM COURT (2004) ao dizer que:

A psicologia social enfatiza as relações entre desenvolvimento cognitivo, o amadurecimento intelectual e as condições nesse processo, sobretudo a organização familiar, a saúde e as condições econômicas, entre outras contingências forçam o indivíduo a resolver problemas e se “reequilibrar” de modos diversos em seu processo e nem sempre na faixa etária prevista. (p. 188)

Nessa afirmativa pode-se destacar a diferença no pensamento desses dois pensadores; Piaget relaciona à aquisição do conhecimento a idade em que se encontra o sujeito e Vygotsky ao conhecimento de mundo que o sujeito adquire em sua vida. De fato, são pontos importantes e nenhum menos relevante do que o outro, ambos os conceitos devem ser considerados no processo de ensino/aprendizagem.

Muito próximo ao pensamento de Vygotsky, ainda nessa perspectiva, Paulo Freire vem defender a leitura de mundo que traz cada aluno e a importância que o professor tem para a mediação na construção dessa leitura para que não se torne evasiva, mais rica em suas reflexões. A história escolar não pode ignorar os conceitos espontâneos formados por intermédio de tais experiências.

Cabe ao professor, na perspectiva freiriana, reconhecer e estabelecer um diálogo com esse conhecimento, porque os alunos estão sempre em um processo de aprender mais não são sujeitos absolutamente acomodados... O conhecimento não é apenas um dado o, imobilizado apenas transferido de um especialista para uma pessoa que ainda não o possui. (BITTEM COURT, p.190).

Ao ensinar história deve-se ter em mente que é preciso compreender a história de forma reflexiva, e não como conteúdo pronto e acabado. Ensinar história vai além dos livros didáticos, é uma discussão transformadora em que o sujeito (a criança) deve

compreender-se inserido no processo histórico como ser transformador da realidade em que esta inserida e transformada por esta realidade. Nas discussões devem sobrepôr as interpretações críticas e reflexivas, para que a criança compreenda os fatos históricos da forma como realmente eles aconteceram.

CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE TEMPO HISTÓRICO NA CRIANÇA

As séries iniciais do ensino fundamental é o período propício para desenvolver na criança, as noções básicas de alguns conceitos gerais de historia para que nas séries mais avançadas do ensino fundamental ela possa assimilar conceitos mais complexos. Um dos conceitos basilar para a construção do conhecimento histórico é o de tempo e suas respectivas divisões (passado, presente e futuro), neste processo de construção a família é um excelente veículo para desenvolver na criança a noção de temporalidade.

É na dinâmica das ações do cotidiano que a família pode estar contribuindo para que a criança se aproprie do conhecimento. No contexto familiar, quando os pais manifestam a organização de rotinas, as crianças começam a se adaptarem, adquirindo costumes e padrões que serão seguidos durante sua vida, como: o horário de dormir e acordar, de fazer as refeições, de lazer, o prazer de realizar o primeiro aniversário, bem como hábitos de higiene pessoal.

A partir das séries iniciais o professor deve investigar como a criança constrói a noção de tempo e incentivar atividades no seu dia a dia que auxiliem esta construção. Vivemos em um tempo histórico regido por datas, épocas, fatos, acontecimentos e horas. Assim as crianças podem construir essa noção a partir de sua rotina diária, e algumas ferramentas como: as lembranças de sua infância, os familiares mais velhos do que ela e os mais jovens, fotos pessoais, historia oral de parentes próximo a ela, uma linha de tempo da sua própria vida.

A idéia da linha de tempo é relacionar diferentes categorias com a dimensão temporal. Essas categorias, por seu lado, também são múltiplas, seguindo o objetivo que se pretenda: espaços, eventos, processos, personagens, fatores políticos, econômicos, sociais, ciência, mentalidades, religião, dentre outras, sempre que aconteçam em um período de tempo definido. (SCHIMIDT, 2004, p.81).

Segundo o autor a linha de tempo é de grande relevância, pois através dela, as pessoas constroem a noção de tempo, destacando fatos, datas universais comemoradas pelas sociedades, ou ainda fatos históricos, como o processo de industrialização do século XVIII, acontecimentos importantes de sua própria vida, entre outros.

O ensino de história deve ter como um de seus objetivos situar no aluno a noção de tempo, existente na sociedade, porém o ensino apresenta sérias dificuldades em relação às formas de construção do tempo histórico, limitando a capacidade dos nossos alunos, dessa forma a História é tida como uma disciplina decorativa e desprazerosa.

Seja qual for nosso conceito de história e de tempo, não podemos esquecer o problema de que o tempo não é somente sua medida, senão que é parte intrínseca da vida humana, de maneira que o tempo histórico é também seu conteúdo. (SCHIMIDT, 2004, p. 80)

O que o autor nos coloca é que o tempo está intimamente ligado à vida humana, a partir dos acontecimentos e pessoas do passado, e pode ser retratado pelas próprias pessoas ou documentos, tornando assim, os fatos reais. Quando a criança explora sua própria história, vai adquirindo a noção de fatos, espaço e tempo. Os pais são determinantes neste processo, através dos hábitos que eles impõem a criança, como: o horário da alimentação, da higiene pessoal, de acordar, de dormir, de assistir TV, brincar, estudar, ao dizer a data e a hora rotineiramente. Partindo desse princípio é que se constrói a noção de temporalidade na criança, são estas atividades diárias que possibilitam a ela se situar no tempo e no espaço em que esta inserida. Dessa forma percebemos a importância da criança não sentir-se só, mas de ser orientada por uma pessoa adulta, uma vez que quando em idade maior ela precisa ter adquirido essas habilidades.

Muitas vezes, o professor ao ensinar história passa para a criança uma idéia superficial dos acontecimentos históricos, quando trabalha a história como uma disciplina decorativa e que estuda apenas o passado e as datas, limitando assim, a capacidade de pensar e construir seus próprios conceitos, seu posicionamento diante dos acontecimentos. Sabemos que se faz necessário, ler, aprender datas, mas que não se restringe apenas a isso, o processo de ensino deve instigar o aluno a buscar, a inovar, a sentir-se parte integrante do processo histórico.

Não podemos ensinar que uma terra foi descoberta quando já estava habitada, que alguém proclamou a independência de um país, sem levar em conta os

acontecimentos que respaldaram este ato. Os educadores também não se preocupam em despertar nos alunos a relação que deve existir entre passado e presente, para uma melhor compreensão e entendimento dos acontecimentos, tornando-os mais reais e possíveis.

UMA ANÁLISE DO USO DE DOCUMENTOS HISTORICOS

No século XIX, o ensino de historia era baseado numa visão positivista, com objetivos claros e definidos, centrava sua preocupação em explicar a genealogia de uma nação, isto é, explicar aos alunos os fatos que originaram seu pais até a atualidade sem nenhuma reflexão sobre estes.

Neste período, o uso de documento histórico era fundamental para o historiador, que se utilizava destes para provar como os acontecimentos se deram em determinado contexto, sem acrescentar nada a pesquisa, pois ela deveria ser neutra na coleta dos dados.

Assim, conhecer a historia era conhecer a versão transmitida pelo historiador tendo como prova concreta o documento escrito. Numa perspectiva didática, o uso dos documentos era prova real do discurso do professor o que centrava o ensino na figura do docente.

Com as novas discussões, trazidas pelos pioneiros da educação em 1932, os escolanovistas, o uso do documento em sala de aula passou por algumas modificações, partindo do pressuposto de que o aluno deveria ser o protagonista do processo ensino aprendizagem, construindo seu próprio conhecimento, o documento tornou-se uma motivação para o aluno. No entanto, percebe-se que apesar da mudança da concepção sobre o uso didático do documento em sala de aula, ele apenas continuava a ser uma prova do real do fato ocorrido.

A renovação historiográfica, que se instalou no século XX trouxe algumas modificações na concepção do documento histórico, os historiadores contestavam o documento como “matéria inerte”, no qual se reconstruía os fatos históricos. Dentro desta nova ótica, SCHIMIDT (2004) expõe: “o documento passou a ser concebido como vestígio deixado pelos homens, voluntaria ou involuntariamente, e passou a ser encarado como produto da sociedade o fabricou, de acordo com determinadas relações de poder”.

A partir desta nova concepção do documento histórico, se faz necessário repensar o uso do documento na sala de aula, tendo em vista que este é fundamental como método de ensino, possibilitando um diálogo dos alunos com o passado desenvolvendo o sentido de análise histórica dos acontecimentos, SCHIMIDT (2004) reflete esta nova concepção do documento e sua utilização no contexto escolar, ao expor:

O contato com fontes históricas facilitara a familiarização do aluno com formas de representação das realidades do passado e do presente, habituando-o a associar o conceito histórico á análise que o origina e fortalecendo sua capacidade de raciocinar baseando em uma situação real. (p.94)

Partindo destas discussões, percebemos a necessidade de mediar o uso dos documentos históricos em sala de aula, explorando a capacidade de investigação do aluno, no que tange ao processo ensino/aprendizagem o uso do documento histórico em sala de aula deve estar para além de uma relação autoritária de professor-aluno que congela o fazer educativo, esta relação, no entanto deve dar-se de forma interativa entre o aluno, o professor e o conhecimento (seja um determinado fato histórico ou um documento a ser investigado) construindo o saber histórico a partir de uma reflexão mais humana. Exigindo assim do educador uma nova concepção de ensino aprendizagem.

O trabalho com o documento histórico em sala de aula exige do professor que ele próprio amplie sua concepção e o uso do próprio documento. Assim, ele não poderá mais se restringir ao documento escrito, mas introduzir o aluno na compreensão de documentos iconográficos, fontes orais, testemunhas da história local, além das linguagens contemporâneas, como cinema, fotografia e informática. Mas não basta o professor ampliar o uso dos documentos; também deve rever seu tratamento, buscando superar a compreensão da que ele serve apenas como exposição de seu discurso. (SCHIMIDT, 2004, p.95)

O docente deve assim rever sua própria concepção de uso dos documentos nas aulas de história, visando um ensino que re-signifique os conceitos postos, para tanto, de início deve utilizar-se de vários tipos de documentos e de diferentes fontes como: escritas, visuais, e orais. Possibilitando ao educando debruçar vários olhares sobre o mesmo fato histórico, e principalmente é fundamental mediar este recurso não, mas como um prova real e incontestável de seu discurso pedagógico em sala, mas como registro histórico de um determinado contexto no qual esta subordinada a várias questões políticas, culturais e sociais de uma época.

No entanto, percebe-se que os educadores geralmente utilizam os documentos para favorecer uma introdução do aluno ao pensamento histórico, porém pretendem construir assim uma espécie “mine historiador” o que distorce os objetivos do uso dos documentos, sendo assim, é fundamental compreender que os objetivos do historiador e do educador são diferentes no que tange a utilização dos documentos. Mediante esta compreensão do docente, o aluno poderá construir o conceito de memória social e apreender a respeitar o patrimônio da sociedade.

O uso de documentos nas aulas de historia justifica-se pelas contribuições que pode oferecer para o desenvolvimento do pensamento histórico. Uma delas é facilitar a compreensão do processo de produção do conhecimento histórico pelo entendimento de vestígios do passado se encontram em diferentes lugares, fazem parte da memória social e precisam ser preservados como patrimônio da sociedade. (BITTENCOURT, 2004, p.333)

Nesta perspectiva, compreendemos a relevância do trabalho com documentos no ensino de historia, pautado numa linha historiográfica, tendo em vista que a partir da análise destes, o educando poderá constituir-se pesquisador do conhecimento histórico observando os pressupostos subjetivos que condicionaram as atitudes políticas e sociais dos sujeitos de um determinado tempo histórico. Portando reconhecendo-se também como individuo construtor de sua cultura e protagonista de sua historia, podendo assim interferir no meio de forma significativa e relevante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber a importância do ensino de história, seus avanços e a responsabilidade desta disciplina na formação de um sujeito crítico reflexivo.

A noção de tempo na criança é ainda um desafio para o professor e por isso precisa do apoio da família para sua construção é importante que nas séries iniciais a criança construa conceitos básicos como: passado, presente e futuro, fazendo uma inter-relação entre o hoje e o tempo passado, principalmente quando se diz respeito a sua própria historia.

O professor de historia deve tomar o cuidado de não trabalhar em sala conceitos prontos e acabados, que se tornem superficiais, pela falta de compreensão por parte do educando, para isso não aconteça, o aluno deve ser o protagonista, o investigador da

história, tirar suas próprias conclusões e não ser apenas um mero expectador do pensamento dos outros.

Por fim, ensinar história não é uma tarefa fácil, é preciso determinação, pesquisa e planejamento, para que o sujeito (a criança) não se torne apenas um mero receptor de uma história vazia e desprovida de significação, sem que se reconheça como sujeito do processo histórico e agente transformador. Para que este propósito se efetive cabe aos novos profissionais que estão se inserindo na realidade educacional trabalhar de forma crítica reflexiva promovendo uma mudança efetiva na realidade que se apresenta.

REFERENCIAS

BITTEMCOURT, Ser Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BORGES, V.P. **O que é história?** .2ª. ed.rev. São Paulo: Brasiliense, 1993(coleções primeiros passos)

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. BRASIL: MEC/SEF, 1997.

NIKITIUK, S.L. (Org.).**Repensando o ensino de história**.São Paulo:Cortez, 1996. (Questões de época)

SCHIMITDT, Maria Auxiliadora. **Ensinar História**. São Paulo: Scipocione, 2004.